



Voto de Saudação

No dia 12 de Junho de 1985, Mário Soares, Primeiro-Ministro de Portugal à data, assinou, em cerimónia realizada no Mosteiro dos Jerónimos, a adesão do nosso País à então Comunidade Económica Europeia (CEE).

Esse acto assegurou a Portugal o direito de ser membro de facto da CEE desde 1 de Janeiro de 1986, após ter apresentado a candidatura de adesão a 28 de Março de 1977 e ter celebrado o acordo de pré-adesão a 3 de Dezembro de 1980.

Portugal garantia assim as condições políticas, financeiras e institucionais para concretizar o terceiro “D” - de desenvolver - da plataforma programática resultante da revolução do 25 de Abril. Depois de democratizar e descolonizar, Portugal assegurava a integração política, económica, social e cultural na Europa a que, geograficamente, sempre pertenceu.

Fundada a 25 de Março de 1957, através do Tratado de Roma e resultando dos escombros políticos da Segunda Guerra Mundial, a CEE foi a sucedânea da Comissão Europeia do Carvão e do Aço, uma organização que procurou regular importantes indústrias de antigos países inimigos na Europa continental.

Eram, assim, trilhados os primeiros passos rumo a uma união cada vez mais estreita entre os povos europeus, alguns deles antigos inimigos com séculos de rivalidades e inimizades entre si, assente nos valores da paz, da democracia, da liberdade, da solidariedade e da tolerância.

Inicialmente, a CEE teve uma evolução tímida e sempre circunscrita ao domínio económico, revelando-se incapaz de concretizar os sonhos visionários de grandes estadistas que estiveram na sua concepção. Porém, a partir da década de oitenta do Sé-



culo passado, a CEE evolui com rapidez e dinamismo para áreas tão diversas como o ambiente, o desenvolvimento social, a investigação, a cultura, a juventude, a saúde, o emprego, a justiça, os assuntos internos, a política externa, entre muitas outras.

O Tratado de Maastricht, assinado em 7 de Fevereiro de 1992, transformou a CEE na União Europeia. Os tratados subsequentes - Amesterdão, Nice e Lisboa - confirmaram um processo, inédito e único na história da Humanidade, de transferência, pacífica e voluntária, de soberania nacional para uma entidade comunitária e supra-nacional com diversos elementos de natureza federal, tais como uma moeda única, uma cidadania europeia, um parlamento, um presidente, uma política comum de segurança e defesa e um representante para a política externa comum.

Na sua configuração actual, a União Europeia é governada numa lógica que sintetiza a componente federalista, da Comissão, com a intergovernamental, do Conselho, garantindo mais, recentemente, através do Tratado de Lisboa, um maior peso político ao Parlamento Europeu e à articulação deste com os parlamentos nacionais e regionais dos diversos países da União.

A adesão de Portugal à CEE permitiu ao nosso País um desenvolvimento sem precedentes que nos fez recuperar de um grande atraso provocado pelo Estado Novo e pela sua política do “orgulhosamente sós” que condenou Portugal à pobreza, ao atraso e ao bloqueio.

Apesar da conjuntura de crise que vivemos, que evidencia a persistência de problemas, desequilíbrios e assimetrias, Portugal é hoje um País moderno, desenvolvido, aberto ao Mundo e europeu de pleno direito. Por isso, o balanço da nossa integração europeia só pode ser francamente positivo.

Um dos aspectos de maior sucesso da integração europeia de Portugal pode ser constatado através do desenvolvimento verificado nas suas duas Regiões Autónomas.



No caso dos Açores, é inegável o grande desenvolvimento possibilitado pelos mecanismos de apoio financeiro dos fundos estruturais europeus e pela discriminação positiva que o estatuto de região ultraperiférica nos confere no quadro das instituições europeias, e no qual o nosso país teve um papel central na sua consagração em Tratado. Fruto das aspirações dos povos, os diversos alargamentos permitiram que, hoje, cerca de 493 milhões de cidadãos europeus, de 27 Estados-Membros, estejam reunidos em torno de um projecto social e colectivo de maior sucesso no Mundo, assente numa diversidade social e cultural de grande relevo à escala global.

A União Europeia tem, assim, um papel da maior importância a desempenhar no plano Mundial. Nenhum dos grandes desafios com que actualmente se confronta a Humanidade pode ser resolvido sem a participação activa da União Europeia.

E por isso, é bom recordar a todos os políticos europeus de todos os países, inclusive aos que têm excedentes comerciais correspondentes aos deficits de alguns outros, que nunca como agora a Europa e a União Europeia fizeram tanto sentido. A União fez, faz e fará a força da Europa. Nenhum país europeu, por maior que seja e por mais debruçado que esteja sobre a sua gestão política interna, fará melhor sozinho no Mundo do que poderá alcançar como elemento integrante de uma União Europeia forte e unida actuando à escala global.

A velha Europa, inventora da Liberdade e da Democracia e herdeira do Iluminismo e do Humanismo, destituída de sonhos hegemónicos fundados na subjugação de povos congéneres pela força, é cada vez mais imprescindível ao novo mundo globalizado do Século XXI, pois é precisamente dos valores matriciais que a Europa representa que o Mundo mais precisará no futuro.

Num momento em que parece existir uma nuvem negra a pairar sobre os céus da União Económica e Monetária, é tempo da União Europeia rejeitar a hesitação e o adiamento e



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

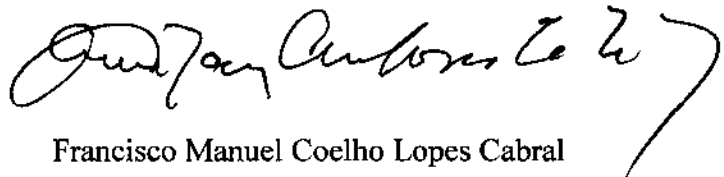
aperfeiçoar os mecanismos de coordenação de economias nacionais fortemente interdependentes no sentido de ultrapassar, com sentido de longo prazo, as dificuldades da circunstância actual.

Vinte e cinco anos são bodas de prata. É o momento ideal para olhar para o passado recente da construção europeia mas também um tempo para perspectivar o futuro. É assim com um balanço positivo do caminho trilhado até aqui e com a confiança de vencermos os desafios que se nos deparam que devemos olhar para a realidade actual da União Europeia. Façamo-lo, com orgulho e optimismo!

Assim, e nos termos regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista-Açores propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma do Açores, reunida no período legislativo de Junho, aprove um voto de saudação pela passagem dos vinte e cinco anos sobre a data de assinatura da adesão de Portugal à CEE, actual União Europeia.

Aprovado, por maioria, pela Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na Horta, em 17 de Junho de 2010.

O Presidente da Assembleia Legislativa
da Região Autónoma dos Açores



Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral